

SISAL NA BAHIA - BRASIL

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; ^{a*} SILVA, Onildo Araujo da ^b

(a) Phd in Geography, Professor of State University of Feira de Santana (UEFS). <http://lattes.cnpq.br/9674908412734129>

(b) Phd in Geography, Professor of State University of Feira de Santana (UEFS). <http://lattes.cnpq.br/8778416604132250>

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address:-UEFS, Avenida Transnordestina, S/N, CEP: 44036-900 - Feira de Santana (BA), Brasil. Tel (+55 75) 32248097

E-mail: nusiafs@hotmail.com

RESUMO

Existe um espaço, no estado da Bahia – Brasil, historicamente diferenciado em função do predomínio do processo produtivo do sisal. O aproveitamento da agave sisalana constituiu uma cadeia produtiva para exportação com impacto suficiente para diferenciar, espacialmente, uma ampla porção do semiárido baiano, conhecida como Região Sisaleira. Nossa investigação identifica a origem desse processo e propõe sua análise a partir da definição de períodos que permitem situar, temporalmente, a ampliação e redução da área plantada de sisal a fim de identificar a influência desse processo para a economia e para a política dos municípios envolvidos. Apresentamos uma caracterização do processo produtivo do sisal e propomos entender a constituição da Região Sisaleira a partir dos seguintes períodos: gênese da lavoura sisaleira; constituição do sistema produtivo do sisal; apogeu do ouro verde do sertão; a década perdida do sisal; e o atual período de reestruturação. Buscamos entender como economia e política se articulam no processo de diferenciação que resulta na formação da Região Sisaleira.

Palavras-chave: Sisal; Processo Produtivo; Prosperidade e Pobreza.

ABSTRACT / RESUMEN

SISAL IN BAHIA - BRAZIL

There is a space in the state of Bahia - Brazil, which has been historically differentiated due to the predominance of the productive process of sisal. The use of agave sisalana was able to establish a productive chain for export, which had sufficient impact to spatially differentiate a large portion of the semi-arid in Bahia, known as the Sisaleira Region. Our investigation identifies the origin of this process and proposes its analysis from the definition of periods that allow the temporal situation of the expansion and reduction of the planted area of sisal in order to identify the influence of this process on the economy and the politics of the municipalities involved. We present a characterization of the productive process of sisal and attempt to understand the formation of the Sisaleira Region from the following periods: the beginnings of the sisaleira crop; the creation of the productive system of sisal; the apogee of the green gold of the sertão; the lost decade of sisal; and the current period of restructuring. Our analysis seeks to understand how economics and politics are articulated in the process of differentiation that resulted in the formation of the Sisaleira Region.

Keywords: Sisal; Productive Process; Prosperity and Poverty.

EL SISAL EN BAHIA - BRASIL

En el Estado de Bahía (Brasil), existe un territorio históricamente diferenciado debido al predominio del proceso de producción de sisal. El uso de Agave Sisalana ha sido capaz de establecer una cadena productiva enfocada para la exportación, lo cual fue suficiente para diferenciar espacialmente una gran parte de la Bahía semiárida, conocida como Región Sisaleira. La presente investigación identifica el origen de ese proceso y ofrece un análisis de la definición de los periodos que permiten situar temporalmente la ampliación y reducción de la superficie plantada de sisal, a fin de identificar la influencia de ese proceso en la economía y la política de los Consejos involucrados. Presentamos una caracterización del proceso produtivo del sisal y proponemos entender la constitución de la Región Sisaleira a partir de los siguientes periodos: génesis de la labor sisalera; constitución del sistema produtivo del sisal; apogeo del “oro verde” del Sertão; la “década perdida” del sisal; y el actual periodo de reestructuración. En nuestro análisis buscamos entender cómo economía y política han sido articuladas en el proceso de diferenciación que ha resultado en la formación de la Región Sisaleira.

Palabras clave: Sisal; Proceso Productivo; Prosperidad y Pobreza.

Article history:

Received 6 October, 2017
Accepted 17 November, 2017
Publisher 20 December, 2017

INTRODUÇÃO

Região Sisaleira da Bahia e Território do Sisal são nomes que já ganharam referência no cotidiano das pessoas, tanto nos municípios baianos, rotulados de sisaleiros, quanto em todo Brasil. É importante demarcar que existe um espaço, no estado da Bahia – Brasil, que foi historicamente se diferenciando em função de uma especificidade econômica: o predomínio do processo produtivo do sisal. O plantio da agave sisalana, e seu aproveitamento econômico, foram capazes de constituir uma cadeia produtiva de sisal para exportação. Cadeia esta que teve também ampla influência na política e na área social com impacto suficiente para diferenciar, especialmente, uma ampla porção do semiárido baiano, a qual ficou conhecida como Região Sisaleira da Bahia. Entre os 27 municípios da Região Sisaleira destacam-se: Campo Formoso, por possuir a maior área plantada de sisal; Valente, em função das batedeiras e da fábrica de tapetes e carpetes; Conceição do Coité, em função das indústrias de fios e comércio diversificado; e Serrinha, por sediar os órgãos públicos de caráter regional, pelo comércio e por ser um centro de ligação dos demais municípios com Feira de Santana (cidade pólo regional) e Salvador (capital do Estado da Bahia).

Nossa investigação identifica a origem desse processo de diferenciação regional e propõe sua análise a partir da definição de períodos que não são rígidos, pois não é possível dizer que os processos foram homogêneos, mas permitem situar temporalmente a ampliação e redução da área plantada e a oscilação da produção de sisal em toneladas, com o objetivo de discutir a influência desses aspectos para a economia e para a política nos municípios envolvidos, com especial atenção para os rebatimentos espaciais.

Esse texto está então subdividido em mais três sessões, além dessa introdução. No tópico 2, intitulado o processo produtivo do sisal, apresentamos uma síntese sobre como ocorre a transformação da folha da agave em produto industrial; no tópico 3, intitulado investigando o sisal na Bahia: proposta de periodização, propomos períodos que entendemos úteis para caracterizar os aspectos fundamentais da influência da cadeia produtiva do sisal para a diferenciação espacial, desde a gênese da lavoura sisaleira, passando pela constituição do sistema produtivo, apogeu do ouro verde do sertão – com respectivo nascimento da Região Sisaleira da Bahia, pela década perdida do sisal –, até chegarmos a atual etapa na qual a inovação e o associativismo foram a base para uma reestruturação produtiva. Já no tópico 4, apresentamos considerações sobre os principais desafios para a cadeia produtiva do sisal na atualidade.

Destacamos que, na nossa análise, apesar de partirmos do aspecto econômico, buscamos entender também como o aspecto político é fundamental para a compreensão do processo que analisa como uma porção de espaço se diferencia a ponto de reconhecermos uma identidade regional.

O PROCESSO PRODUTIVO DO SISAL

O sisal ou agave sisalana não é um vegetal nativo do semiárido baiano, é originário da península de Yucatán, no México, e encontrou no semiárido as condições edafoclimáticas e socioeconômicas adequadas para tornar-se um produto comercial. Santos (2010) caracterizou o processo de beneficiamento do sisal propondo subdividi-lo em fase rural e urbana (Figura 1).

De acordo com a referida autora, esse produto agrícola passa pelo primeiro beneficiamento na zona rural em propriedades que destinam parte das terras para o plantio de campos de sisal. Uma vez cortadas, as folhas das plantas (popularmente conhecidas como palhas) são desfibradas nas máquinas paraibanas (um conjunto articulado de lâminas de corte associado a um motor a diesel) e estendidas ao sol.

Na fase rural, a colheita é o primeiro passo para o beneficiamento, procedimento no qual é intensivo o uso de mão-de-obra, pois para um motor de sisal funcionar é necessário no mínimo um cortador de palha, um carregador de palha, um cevador, um resideiro e uma estendedeira. Cada um tem função específica, materializando a divisão técnica do trabalho.

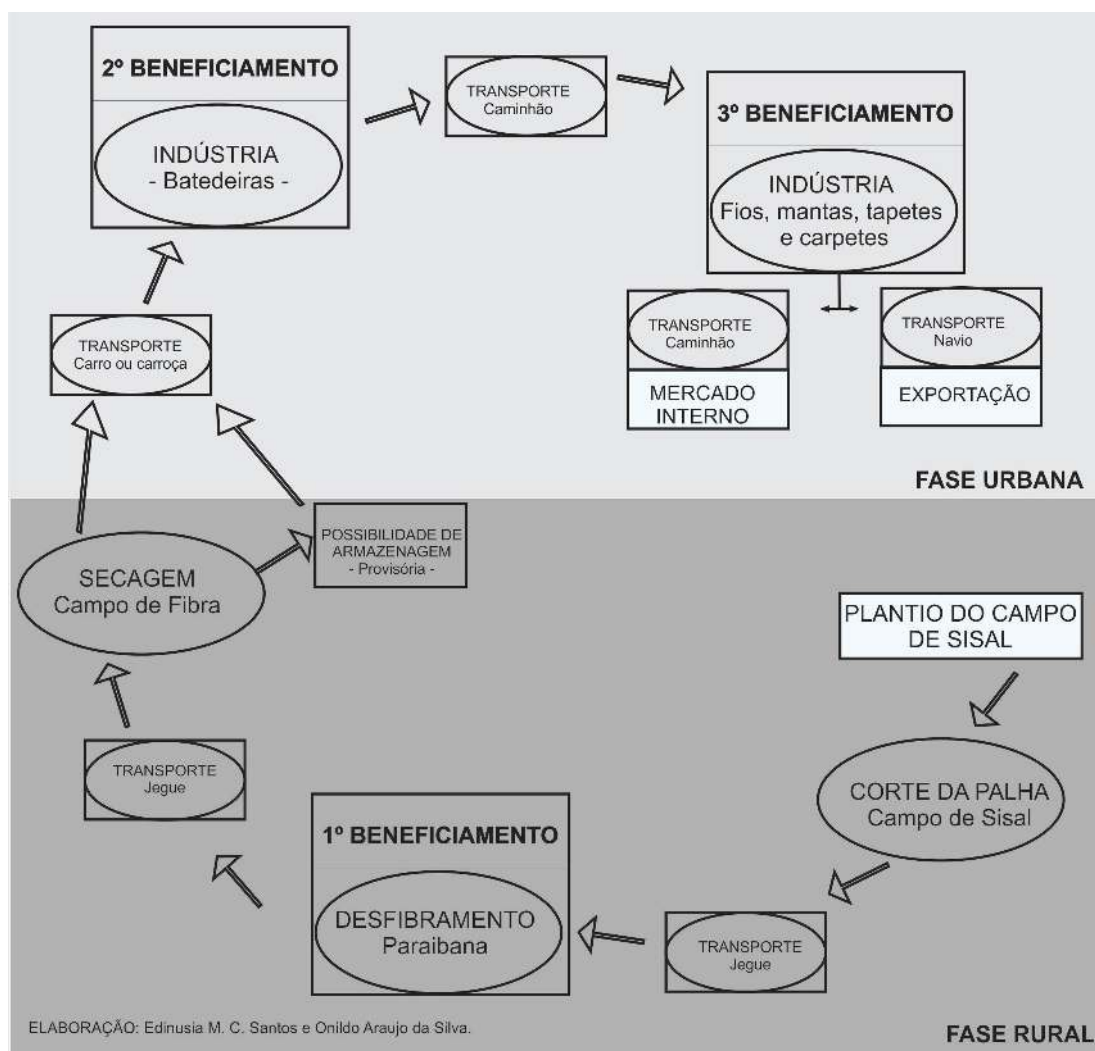


Figura 1 - Representação esquemática do processo produtivo do sisal

É importante ressaltar que a finalização do processo, na sua fase rural, é geralmente de responsabilidade do “motorista”, que nesse caso é a pessoa encarregada pelo funcionamento do motor de sisal, a quem cabe retirar a fibra seca, enfiá-la e cuidar de seu transporte até as bateadeiras de sisal; é muito raro que um trabalhador desempenhe apenas a atividade de “motorista”, normalmente é também o dono da máquina paraibana ou dono da terra.

Após essa etapa no espaço rural, o sisal é transportado para as cidades onde recebe o segundo beneficiamento nas bateadeiras (unidades industriais que alisam e selecionam as fibras de sisal). Da bateadeira, a fibra sai pronta para ser vendida como matéria-prima para outras regiões brasileiras e/ou para o mercado externo. A exportação ainda é o maior destino da fibra de sisal produzida no semiárido baiano; no entanto, parte da fibra pode também ser novamente beneficiada nos próprios espaços produtores, resultando na confecção de cordas, fios, mantas, tapetes, peças de artesanato, entre outros.

Nas cidades ocorre o trabalho nas bateadeiras de sisal, numa fase tipicamente urbano industrial, a cadeia produtiva conta com uma variedade de funções, ocupando trabalhadores como mecânicos, motoristas, administradores, por exemplo. Na bateadeira, a fibra seca passa por uma limpeza, sendo batida e prensada. Esse processo também materializa outra divisão técnica do trabalho, na qual se encontram as seguintes funções: classificador, paieira, batedor, classificadora, prenceiro e catador de bucha. É também nas cidades que estão localizadas as indústrias de fios, cordas, tapetes e carpetes, as quais utilizam o sisal beneficiado nas bateadeiras, transformando-o em novas mercadorias que animam o mercado regional, nacional e mesmo o internacional, como no caso dos fios e cordas exportados para vários países, como os Estados Unidos da América, por exemplo.

No processo de beneficiamento da fibra, o sisal deixa subprodutos que têm valor econômico: o resíduo, a bucha, o pó e o sumo. Porém, esses subprodutos não são ainda aproveitados a ponto de gerar outro processo em escala industrial ou comercial.

INVESTIGANDO O SISAL NA BAHIA: PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO

Na Bahia, a agave sisalana foi sendo introduzida aos poucos até tornar-se a base da economia de um conjunto de municípios do semiárido, de sorte que podemos demarcar alguns períodos nos quais uma dada característica do processo é mais efetiva e evidente que as outras. Silva (2012) defende que o processo de constituição da atividade sisaleira foi caracterizado por aspectos que permitem delimitar fases específicas, a saber:

[...] - do início do século XX até o ano de 1940, quando foi instalada a primeira usina de beneficiamento de sisal na cidade de Valente. Período que marca o início do plantio de sisal com objetivo explicitamente comercial; - nas décadas de 1940 e 1950, período que marca a consolidação das lavouras e o amplo incentivo ao plantio de sisal pelo então governador da Bahia Landolfo Alves; - nas décadas de 1960 e 1970, período que marca o apogeu da lavoura sisaleira quando o sisal passou a ser conhecido como ouro verde do sertão; - a década de 1980, período de forte crise quando se verificou queima de sisalais e ampla redução da produção; - a partir da década de 1990 até o presente, período que marca uma reestruturação do processo de beneficiamento e industrialização da fibra, com destaque para a ação de pequenos proprietários de terra (p. 217-218).

Concordando com a ideia de que essas fases permitem caracterizar o processo de diferenciação regional em foco, nossa tarefa a seguir é a de apresentar um conjunto de argumentos e dados que permitam validar uma periodização capaz de servir de suporte para entendermos como foi forjada uma economia sisaleira que articulada à política local permitiu a construção da ideia de Região Sisaleira. É importante demarcar que, diferentemente de Silva (2012), optamos por nomear esses períodos de forma que o nome remeta à sua característica fundamental.

GÊNESE DA LAVOURA SISALEIRA

O período que denominamos de gênese da lavoura sisaleira vai do início do século XX até o início da década de 1940. Marcam esse período a chegada à Bahia dos primeiros bulbilhos de sisal e a transformação do plantio de ornamental (cerca viva) em comercial para obtenção de fibra. A história registra, segundo Pinto (1969), que no início do século XX chegaram ao Brasil, vindos da Flórida, os primeiros bulbilhos de sisal, que foram introduzidos no recôncavo baiano por Horácio Urpia Junior, pois desejava explorar comercialmente a agave, mas as frequentes chuvas não permitiram a exploração comercial, uma vez que se trata de uma planta xerófila. Assim, o sisal passou a ser plantado apenas como cerca viva. Por volta de 1919, a agave sisalana foi difundida pelo Nordeste do Estado da Bahia e rapidamente se desenvolveu, deixando de ser utilizada como cerca viva para transformar-se em produto comercial.

Após 1935 o cultivo passa a ser incentivado pelo governo estadual, de forma que “[...] a partir de 1939 o sisal passou a ser encarado como possibilidade econômica. Em 1940, a Secretaria de Agricultura implantou um núcleo colonial em Nova Soure, iniciando o plantio da agave sisalana” (SEAGRI, 1991, p. 5).

O sisal encontrou as condições fundamentais para tornar-se uma commodity: incentivo do Estado, terras adequadas e relativamente baratas, mão de obra abundante, empresários capitalizados e infraestrutura para exportar.

Assim, o processo produtivo do sisal já nasce utilizando a terra concentrada nas mãos de poucos; esse meio de produção, fundamental, condiciona a forma como o processo produtivo é organizado. É importante destacar que nesse período havia muita terra disponível que foi utilizada para ampliar os sisalais. A implementação do cultivo comercial começa a gerar emprego, ou seja, era preciso ensinar aos trabalhadores a usarem as máquinas, a cuidar dos campos e a fazerem o primeiro beneficiamento que ocorre, até hoje, totalmente na zona rural. O trabalho foi rapidamente aprendido e passou a exigir pouca qualificação.

O “salto” para um novo período ocorre com o início da industrialização do sisal nas sedes dos municípios, assinalando uma fase urbana de beneficiamento cujo marco é a implantação de uma usina na cidade de Valente, que à época ainda era uma vila, sede de um distrito do município de Conceição do Coité.

CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO DO SISAL

O período que denominamos constituição do sistema produtivo do sisal se estende do início da década de 1940 até o final da década de 1950. Marca esse período a consolidação das lavouras, a instalação de usinas de beneficiamento e o amplo incentivo ao plantio de sisal, pelo então governador da Bahia Landolfo Alves.

Em 1940 foram criados dois campos experimentais para a cultura do sisal, um situado no município de Feira de Santana e o outro no município de Nova Soure. Este último tinha uma plantação de 2.000 pés e era dotado de uma usina de beneficiamento, equipada com a primeira máquina desfibradeira (LAGE, 2002, p.02).

Essa ação do Estado, baseada na identificação do potencial da planta para produzir uma fibra multiuso, incentiva a generalização do plantio. Associada à ideia de planta capaz de resistir às longas estiagens, a agave se espalha rapidamente por duas dezenas de municípios do semiárido baiano.

Como já destacamos anteriormente, um marco dessa expansão foi a instalação, no ano de 1940, de uma usina de beneficiamento na vila de Valente, por Décio Monte Alegre e José de Araújo Góis, cujo objetivo era o preparo da fibra do sisal para a comercialização. Segundo Pinto (1969), outras usinas também foram sendo criadas ao mesmo tempo em que eram plantadas novas lavouras. Em 1942 o Brasil estava na lista dos países importadores de sisal e, devido ao desenvolvimento da lavoura sisaleira na Bahia e também na Paraíba, em 1946, o Brasil esteve presente nas estatísticas como exportador com 2000 toneladas.

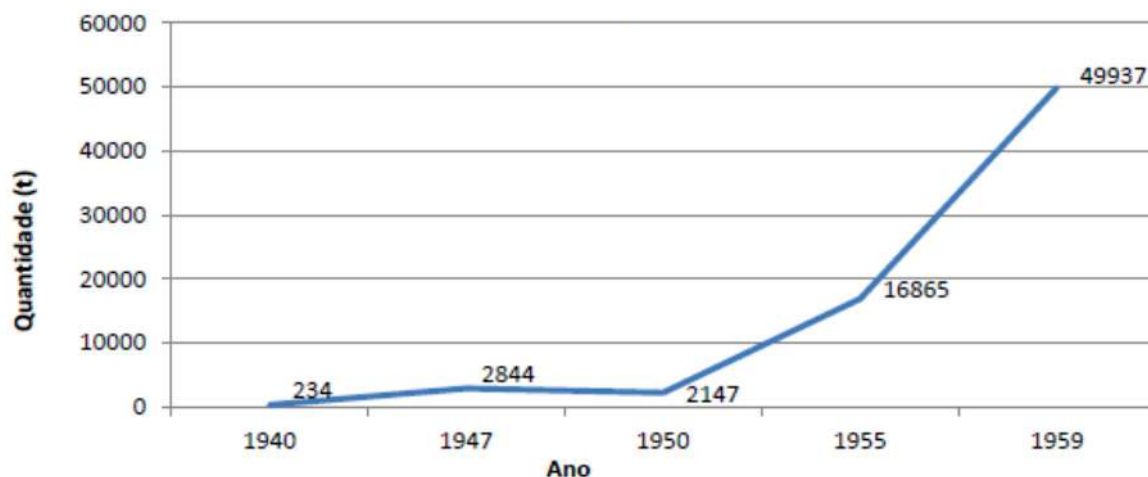
Nesse sentido, a lavoura sisaleira se estabeleceu, tendo como demanda basilar e propulsora o mercado externo. Ao impulsionar o crescimento econômico, a atividade voltou-se para o mercado externo, definindo a forma de estruturação e articulação de uma economia de base regional com o porto de Salvador.

No início desse período, o proprietário da terra também era proprietário do motor de sisal e organizava o processo produtivo. Com o tempo, ocorre uma mudança significativa que forja uma nova relação entre os proprietários dos campos de sisal e os trabalhadores, ou seja, tem início a sublocação do campo de sisal.

Na sublocação, o proprietário da terra combina com um terceiro (normalmente o dono do motor de sisal) um percentual fixo dos rendimentos a serem obtidos e deixa sob responsabilidade desse terceiro a contratação dos outros trabalhadores. Isso sempre isenta o proprietário da terra e do campo de sisal de qualquer responsabilidade trabalhista. Sobre esse aspecto do trabalho no processo produtivo do sisal, Santos; Silva; Araujo (2010) apresentam uma minuciosa análise, inclusive destacando a função de cada trabalhador.

Nosso argumento, de que nesse período ocorre a constituição de um sistema produtivo, é também sustentado pelos dados da figura 2, os quais demonstram a ampliação da produção de sisal em toneladas de fibra produzida. A Bahia passa de uma produção de 234 toneladas de fibra

de sisal, em 1940, para 2.844 toneladas em 1947 e para 49.937 toneladas em 1959. Sabemos que para produzir essa quantidade de fibra foi necessário um sistema sólido que contasse com campos plantados, mecanismos de colheita e beneficiamento, uma vez que o objetivo do processo produtivo era a exportação que ocorria via porto de Salvador.



Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – SEAGRI (BA). *O Sisal na Bahia*. Salvador: CER, 1991.
Marques, Nonato. *O sisal na Bahia*. V convenção Regional do Sisal - Salvador Bahia, 1978.
EMBRAPA. *O agronegócio do sisal no Brasil*. 1999.

Figura 2 - Produção de sisal em toneladas de fibra produzida. Estado da Bahia. 1940-1959.

A ampliação gradativa da área plantada foi sendo acompanhada pela instalação de pequenas unidades de beneficiamento conhecidas como batedeiras. As batedeiras foram implantadas também nos pequenos povoados dos principais municípios da área sisaleira, como Conceição do Coité, Serrinha e Riachão do Jacuípe, por exemplo.

APOGEU DO OURO VERDE DO SERTÃO: NASCE A REGIÃO SISALEIRA DA BAHIA

O período que denominamos de apogeu do ouro verde do sertão, as décadas de 1960 e 1970, se caracteriza pela ampliação do sistema montado para exportar sisal. Podemos dizer que nessas décadas “todos os caminhos”, relacionados à lavoura do sisal, “levavam ao porto de Salvador”, porta de saída da fibra para o mundo.

Ratificam nosso argumento, os dados relativos à área plantada (figura 3), à tonelada de fibra produzida (figura 4) e à emancipação de novos municípios. Verificamos que entre 1960 e 1970 a área plantada se amplia gradativamente, saindo de 58.853 hectares, em 1960, para 268.429 hectares em 1970, pico registrado para área plantada que até o ano de 2010 não tinha sido superado. Já a produção em toneladas tem crescimento constante ao longo da série, entre os anos de 1960 e 1970, chegando à marca de 280.000 toneladas em 1970.

Além disso, a ampliação do sistema produtivo influi diretamente na ação política das elites locais e na criação de novos municípios. De acordo com Silva (2012), esse processo começa já na fase anterior a essa de apogeu com a emancipação de três municípios: em 1952, emancipação de Cansanção, que foi desmembrado do município de Monte Santo; em 1956, Araci foi desmembrada do município de Serrinha; e, em 1958, foi criado o município de Valente, desmembrando-se do município de Conceição do Coité. A consolidação do processo produtivo do sisal foi fundamental para esses desmembramentos e influenciou a constituição de uma rede de pequenas cidades que se tornaram sedes desses novos municípios. Ainda de acordo com Silva (2012), esse processo se ampliou nessa fase de apogeu do sisal, e no ano de 1962 foram emancipados sete municípios: Qui-jinque, Teofilândia, Ichu, Candéal, Retirolândia, Lamarão e Biritinga.

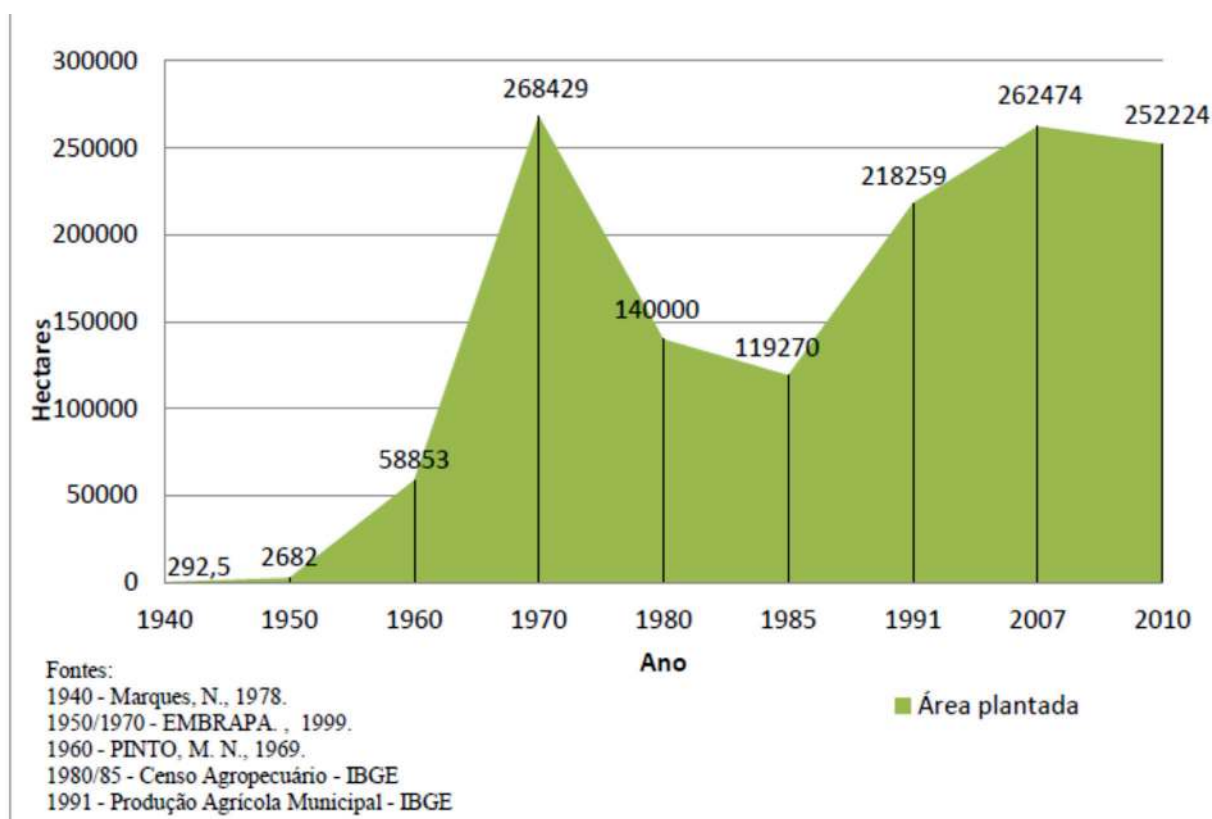


Figure 3 - Planted area of sisal in hectares. Bahia State 1940-2010.

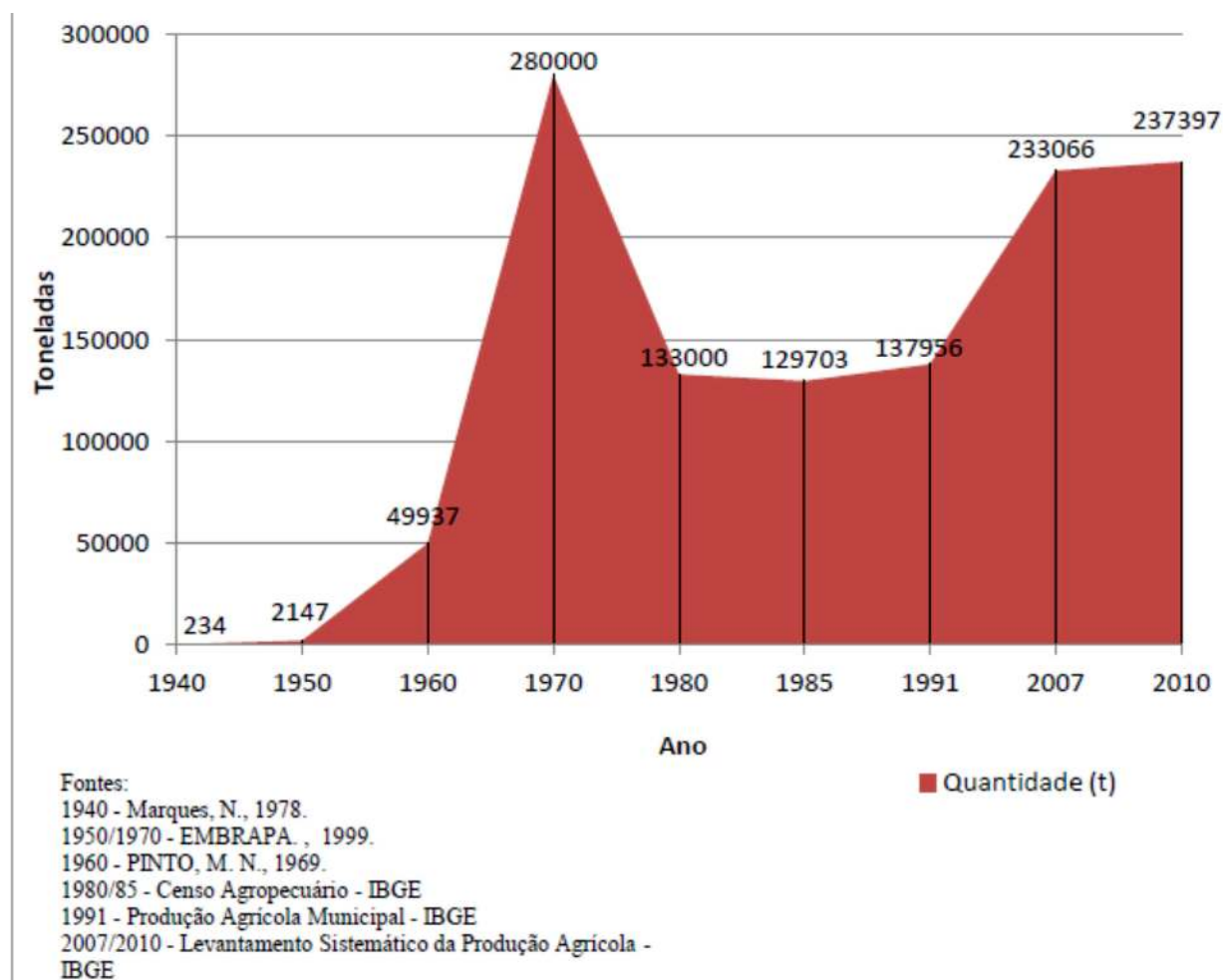


Figure 4 - Quantity of sisal produced in tons. Bahia State 1940-2010.

A riqueza acumulada, já fortemente concentrada nas mãos de uma pequena elite, impulsiona novas ações de ampliação da indústria e do poder político através da eleição de prefeitos, vinculados diretamente à empresa do sisal. Nesse período, o cultivo do sisal tornou-se a referência econômica de um conjunto de municípios que passaram a constituir a Região Sisaleira da Bahia.

No entanto, a produção foi estruturada com características peculiares como:

- baixo nível tecnológico envolvido em todo o processo produtivo do sisal (plantio, colheita, desfibramento e beneficiamento);
- subaproveitamento do produto (apenas a fibra, equivalente a 5% do potencial da planta);
- geração de um excedente desigualmente distribuído;
- intensa exploração do trabalhador, principalmente em função da informalidade e da constituição da figura do “dono do motor”.

Mesmo assim, a Bahia se tornou um dos maiores exportadores mundiais da fibra. Vendendo em dólar para empresas estrangeiras e mantendo o preço do quilo da fibra a um nível suficiente para remunerar o proprietário da plantação e o comerciante de sisal, os empresários ampliaram fortemente a infraestrutura industrial. No entanto, pagava-se ao dono do motor, um preço miserável pelo quilo de fibra, o que contribuiu para a construção do discurso que defendia não ser possível remunerar adequadamente os milhares de trabalhadores.

Assim, a fase de apogeu gerou a prosperidade de uma pequena elite regional à custa da miséria e gradativa pauperização do trabalhador. Sobre esse aspecto é oportuno apresentar a figura 5, que registra uma série histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios que pertencem a Região Sisaleira.

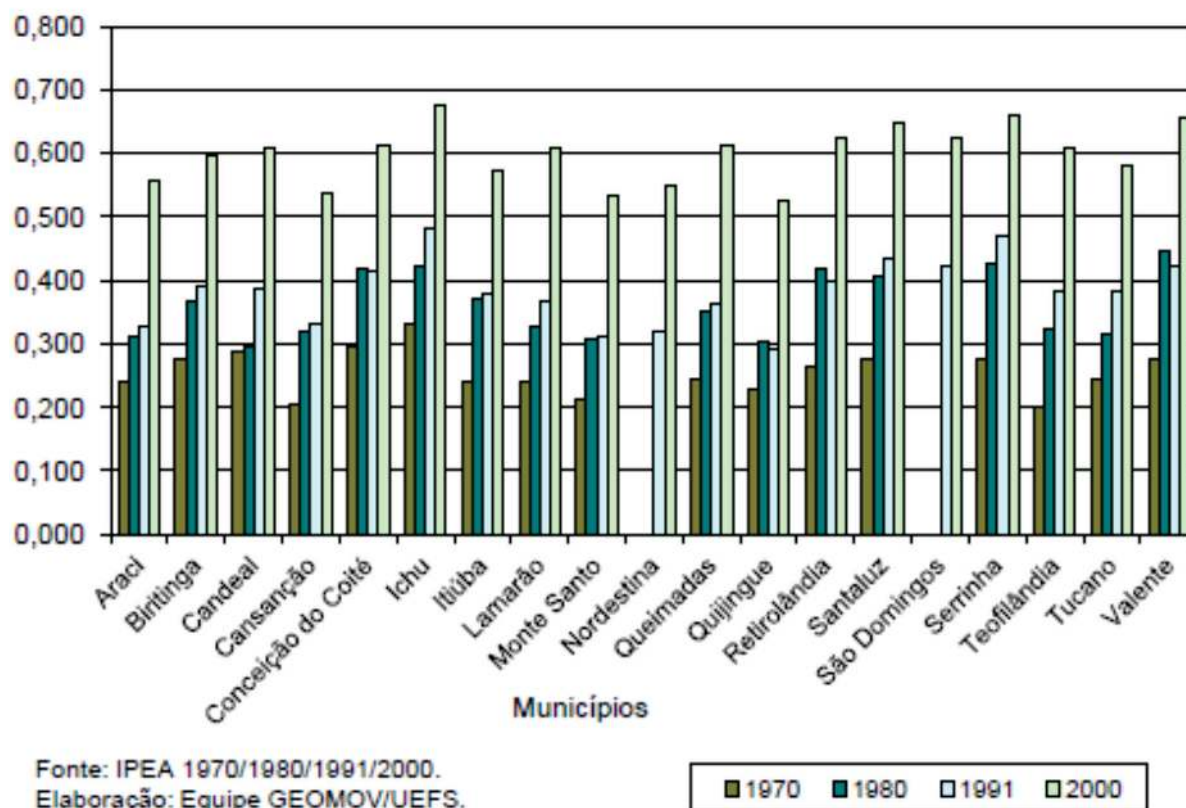


Figure 5 - HDI Historical Series of the municipalities of the Sisal Territory. Bahia, Brazil. 1970-2000.

Vejam, entre as décadas de 1960 e 1970, período de apogeu do sisal, verificamos que o IDH é extremamente baixo: nos municípios de Teofilândia e Cansanção, o índice só chega a 0,200, e apenas o município de Ichú consegue alcançar 0,300. Sabemos que esses números expressam a extrema pobreza da maioria da população.

Assim, identificamos a já conhecida contradição entre crescimento econômico e manutenção de altíssimos índices de desigualdade que gera a miséria da maioria. Com o sistema produtivo do sisal, isso não foi diferente. Estima-se que entre 700 a 800 mil trabalhadores chegaram a trabalhar no processo produtivo; para eles e suas famílias, a prosperidade dos sisalais nunca foi traduzida em benefícios efetivos.

Essas duas “décadas de ouro” do sistema produtivo do sisal geraram uma riqueza concentrada e a constituição de uma elite sisaleira influente na política, pois os empresários do sisal tornaram-se prefeitos nos municípios que já existiam e naqueles que foram sendo emancipados em função da influência que esses donos de empresas detinham junto ao governo estadual. Além disso, essa “fusão” – poder político e econômico – perpetuou esses grupos no poder por várias décadas. Sobre esse aspecto apresentamos alguns exemplos:

- Família Rios, em Conceição do Coité – liderada pelo político e empresário do sisal Hamilton Rios de Araujo, que esteve no poder com o próprio Hamilton Rios como prefeito do município. Esse grupo político elegeu vários deputados estaduais a exemplo de Emério Reseda e Tom Araujo (filho de Hamilton Rios). Finalmente, na última eleição municipal de 2012, o grupo político da família Rios perdeu a eleição para um candidato de oposição, um funcionário público filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, a manutenção do poder econômico é evidente, pois a Hamilton Rios Ind. Com. e Exp. Ltda, proprietária da marca de sisal RISANA, em associação com a Cotesi Cia Têxteis e Sintéticos S. A., de um tradicional grupo industrial português de fios e cordas, comanda a Cotesi do Brasil, empresa industrial, instalada na cidade de Conceição do Coité, e apontada como a principal exportadora da fibra de sisal no Brasil.
- Família Carneiro, nos municípios de Valente e São Domingos, e família Pinheiro, em São Domingos – liderada por Florisvaldo Carneiro (Deputado Estadual por dois mandatos). A família Carneiro e seus aliados possuem empresas de sisal e comandaram a prefeitura de Valente. O próprio Florisvaldo Carneiro foi prefeito e trabalhou fortemente, quando deputado estadual, pela emancipação do município de São Domingos, a qual ocorreu em 1989. Nesse mesmo ano, a família Carneiro perdeu a eleição em São Domingos para a família Pinheiro, liderada pelo então empresário do setor do sisal Izaque Pinheiro, que tornou-se o primeiro prefeito do município. Essa família está no poder até hoje (24 anos de mandatos consecutivos), inclusive contando com mandatos de Izaque Junior (filho de Izaque Pinheiro). Ambas as famílias possuem empresas beneficiadoras de sisal; inclusive, a família Carneiro possui uma fábrica de fios e outra de mantas, ambas localizadas em São Domingos.
- Família Martins, no município de Retirolândia – liderada pelos irmãos Adevaldo Martins e Adelídio Martins (ambos tiveram mandatos de prefeito). Essa família comandou a prefeitura municipal em vários mandatos, inclusive o atual prefeito de Retirolândia é Andre Martins, filho mais jovem de Adevaldo Martins. Possuem indústrias de fios e trabalham com sisal há muitas décadas.

Essa elite política e econômica, cujos tentáculos se espalharam por toda a área sisaleira da Bahia, construiu um discurso de pertencimento a Região Sisaleira, o qual foi absorvido pela população dos municípios. O discurso de defesa dos interesses “do sisal” se generalizou como defesa dos interesses de todos, principalmente em relação ao governo estadual. A força dessa elite conseguiu emancipar novos municípios, construir estradas e articular a Região Sisaleira com a Bahia por meio do uso de recursos estaduais. A década de 1970 assiste a consolidação da ideia de que existe uma

Região Sisaleira, identidade até hoje reafirmada por essas elites tradicionais e que sobrevive até mesmo nos discursos de novos atores políticos ligados aos movimentos sociais que combatem a ação política dessas mesmas elites.

Esses são exemplos de como o domínio político e econômico criou nos municípios sisaleiros um sistema desigual e concentrador cujo resultado é a miséria de milhares de trabalhadores que só agora, com o Bolsa Família, dos governos Lula e Dilma, começam a ser resgatados da condição de miséria.

EM COMPASSO COM O BRASIL: A DÉCADA PERDIDA DO SISAL

A década de 1980 é um período de forte crise, a década perdida do sisal, quando verificou-se queima de sisalais, ampla redução da produção e da produtividade e queda no preço da fibra no mercado internacional. De início, a crise foi atribuída à concorrência com as fibras sintéticas, depois constatou-se que a ampla idade dos sisalais, a difusão de doenças, a inadequada manutenção dos campos, aliadas às fortes quedas nos preços internacionais, mergulharam o cultivo do sisal numa crise que atingiu fortemente, e em primeiro lugar, os trabalhadores, que viram seus rendimentos duramente reduzidos.

Com relação à produção, verificamos que em 1950 a produção do estado da Bahia foi de 2.147 toneladas de fibra, aumentando gradativamente até chegar num pico de 280.000 toneladas em 1970. É justamente a partir de meados da década de 1970 e durante toda a década de 1980 que verificamos uma sequência decrescente na produção, com mínimo de 129.703 toneladas produzidas no ano de 1985.

O forte discurso da crise (uma vez que as elites sempre ganharam muito com o sisal, estando ele em crise ou não) serviu de base para a redução do preço pago aos trabalhadores, seja por dia de trabalho, seja por produção. Esse processo ampliou significativamente a miséria na Região Sisaleira da Bahia; trabalhar com sisal passou a ser sinônimo de pobreza, de analfabetismo e de incapacidade, pois “motor”, se dizia na região, é coisa de pobre que não tem outro jeito, outro lugar para trabalhar.

Porém, para os proprietários de terra, os comerciantes, os industriais e os políticos já eleitos para trabalhar “em favor dos pobres”, esse foi um momento de “usar” o Estado nos vários planos de ajuda e anistia, nos quais os bancos públicos, como o antigo Banco do Estado da Bahia (BANEBA), se tornaram balcão de troca entre governo e elite local.

As famílias tradicionais envolvidas com a política partidária continuaram enriquecendo e explorando o processo produtivo do sisal. Mesmo com a crise, a prosperidade continuou para essa pequena elite que passa a usar ainda mais o clientelismo político, que ainda hoje verificamos existir.

Além disso, os proprietários de terra queimaram grande parte dos sisalais (não conseguimos encontrar estatísticas de quantidades) substituindo-os por pastagens. Em vários municípios considerados da Região Sisaleira, a exemplo de Candeal e Gavião, a substituição foi total.

É importante salientar que enquanto os sisalais eram queimados nos municípios core da Região Sisaleira, eles estavam sendo ampliados nos municípios da Chapada Diamantina Norte, onde existia terra e mão de obra em abundância, inclusive a partir da ação de empresários de municípios como Valente e São Domingos, por exemplo. Esse sisal comprado nesses municípios é ainda hoje beneficiado em Conceição do Coite, Valente, São Domingos e Retirolândia, cidades que concentram as fábricas de fios.

O resgate do sistema produtivo do sisal e sua reestruturação, no início dos anos de 1990, ocorrem com foco na ideia de que não bastava apenas desfibrar e exportar, era preciso industrializar a fibra para agregar valor, resgatando o trabalhador para o emprego industrial e aumentando o valor pago pelo quilo de fibra. Essa é uma via para a reestruturação, integrada à ação de pequenos produtores que se associaram para melhor competir no mercado de sisal.

A CIÊNCIA E O ASSOCIATIVISMO: O PERÍODO DE REESTRUTURAÇÃO

A crise da década de 1980, como destacamos anteriormente, atingiu a cadeia produtiva do sisal, principalmente com a redução das áreas plantadas, com a queda no preço da fibra e com a necessidade de ampliação da exploração dos trabalhadores para manter a taxa de lucro dos proprietários de terra e dos empresários do setor. O debate sobre a crise, a partir da década de 1990, gerou uma ampla associação entre o Estado, as empresas e a sociedade civil organizada para buscar soluções.

No campo da ciência foram realizadas investigações que desvelaram os porquês da crise; entre os aspectos fundamentais, podemos citar:

- pesquisas que evidenciaram a baixa produtividade dos campos de sisal – em função da idade dos sisalais, da inadequação dos tratos culturais e do ataque de pragas – e indicaram caminhos para superação desses problemas;
- constatação do subaproveitamento do sisal, pois o normal era aproveitar apenas a fibra, descartando produtos importantes como o resíduo, o sumo e a bucha;
- identificação de doenças como a podridão vermelha, que reduz a vida útil das plantas;
- estudos que evidenciaram a baixa capacidade dos empresários de agregar valor ao sisal.

De posse de um diagnóstico mais preciso, a partir da década de 1990, período de reestruturação, assistimos a uma ação conjunta de pequenos produtores de sisal e dos governos Estadual e Federal no sentido de buscar soluções para os problemas identificados e desenvolver alternativas. Como exemplo, podemos citar a ação das universidades baianas que desenvolveram pesquisas no campo da solução para as doenças da lavoura, para o aproveitamento dos subprodutos e para a geração (invenção) de um novo conjunto de produtos que usam o sisal como matéria prima, aspecto que influi na reestruturação do processo de beneficiamento e industrialização da fibra.

A reestruturação do início da década de 1990 também foi impulsionada pela organização de pequenos proprietários de terra associado à ação de empresários que viram novas possibilidades com a ampliação do discurso ambiental, inclusive com a ampliação da ação de um sindicato que reúne os empresários do setor de fibras naturais, a exemplo do sisal, denominado Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais da Bahia (SINDFIBRAS).

A fibra de sisal é biodegradável, logo, considerada ambientalmente correta, mesmo sendo produzida a partir da super exploração de milhares de pessoas, inclusive crianças e idosos. Para o mercado internacional, o uso da fibra biodegradável em substituição do uso de fibras sintéticas remodelou a relação da fibra de sisal com a ideia de defesa do meio ambiente. Além disso, ocorreu uma diversificação da produção e um redirecionamento para o mercado interno, aproveitando a ampliação do consumo, no Brasil, nessas duas últimas décadas.

Nessa reestruturação, teve papel importante a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira da Bahia (APAEB), a qual conseguiu implantar uma indústria de tapetes e carpetes no município de Valente e elevar gradativamente o preço do quilo da fibra.

Os dados que coletamos ratificam a década de 2000 como período de ampliação, tanto da produção quanto da área plantada, pois em 2010 a Bahia possuía 252.224 hectares plantados e produziu 237.397 toneladas de fibra, números que se aproximam daqueles obtidos nos anos das décadas de 1960 e 1970.

O sisal continua sendo uma planta de amplo potencial econômico para o semiárido brasileiro; no entanto, sem resolver o principal problema da cadeia produtiva, a super exploração do trabalhador e não reconhecimento de seus direitos trabalhistas, temos sérias dúvidas se será possível dar novo impulso a cadeia produtiva com vista a um futuro promissor nas próximas décadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sisal, o ouro verde do sertão, é uma planta excepcional por sua capacidade de adaptação ao semiárido baiano, ele cria e recria possibilidades de renda e pode ser motor de desenvolvimento econômico e social; a planta continua sendo subutilizada, o que demonstra sua capacidade de geração de riqueza. No entanto, a forma de explorá-lo gerou, desde o início, um ciclo vicioso de produção de perversidade: de um lado, prosperidade para uma elite regional minúscula – se comparada à massa de trabalhadores; de outro, a miséria de milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que trabalharam e continuam trabalhando sem a garantia de direitos trabalhistas, sem remuneração digna, sem condições de trabalho adequadas.

Após quase um século de introdução do sisal no semiárido baiano, podemos parafrasear Euclides da Cunha e dizer que esse vegetal “é antes de tudo um forte”, pois sobreviveu por sua extrema adequação ao semiárido. No entanto, a reestruturação dos anos de 1990 conseguiu elevar o preço da fibra e incentivar os proprietários de terra a replantar os campos, mas, infelizmente, mesmo tendo uma associação de pequenos produtores como protagonista desse processo, não houve qualquer mudança na organização do trabalho na zona rural. A remuneração atual continua sendo, no mínimo, indigna, e as condições de trabalho vergonhosas para um país que tenta se afirmar como potência mundial no século XXI.

Algumas ações no sentido de discutir esse aspectos começam a se configurar numa possibilidade de alternativa, principalmente com a ação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de alguns municípios como Retirolândia e Valente por exemplo, mas é urgente que a sociedade baiana, principalmente a do “novo” Território do Sisal (nome adotado para o conjunto de 20 municípios que compõem um dos 27 Territórios de Identidade definidos pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, a partir de 2007), se mobilize para resolver o problema e acabar com a superexploração do trabalhador do sisal.

Além disso, verificamos que a Região Sisaleira é uma “invenção” de uma elite política e econômica ligada ao processo produtivo do sisal e sempre foi usada por essa mesma elite para acessar recursos públicos. A ideia da existência de um Território do Sisal nasce da ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir dos Territórios da Cidadania e está fortemente articulada com a ação de movimentos sociais relevantes a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Dessa forma, e em função dos limites desse artigo, encerramos abrindo algumas questões: seria o nascimento do Território do Sisal o prenúncio da morte da velha Região Sisaleira da Bahia? A região está para a elite política e econômica como o território está para os movimentos sociais que clamam por justiça, igualdade e solidariedade?

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR (BA). **Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira**. Salvador: CAR, 1994.
- EMBRAPA. **O agronegócio do sisal no Brasil**. EMBRAPA, 1999.
- MARQUES, Nonato. O sisal na Bahia. V convenção Regional do Sisal. Salvador, 1978.
- PINTO, M. N. Contribuição ao Estudo da Influência da Lavoura Especulativa do Sisal no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: AGB, n. 31(3), jul-set. 1969. p. 3-102.
- SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.
- SANTOS, E. M. C. **Reorganização Espacial e Desenvolvimento da Região Sisaleira da Bahia**. Dissertação (Mestrado de Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, A. S.; SILVA, O. Araujo. **Gente ajudando gente**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

- SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. da. Agentes sociais de produção do espaço rural no Território do Sisal – Bahia. **Revista Campo-Território**, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev., 2010.
- SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da.; O. Araujo. A precarização do trabalho rural no processo produtivo do sisal. In: **Anais da XI Jornada do Trabalho. UFPB** – João Pessoa. 2010.
- SECRETÁRIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (SEAGRI) (BA). **O Sisal na Bahia**. Salvador: CER, 1991.
- SILVA, O. A. da. Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia. In: Dias, P. C.; Santos, J. (orgs). **Cidades médias e pequenas**. Salvador: SEI, (Série estudos e pesquisas, 94) 238 p. 2012.
- SILVA, O. A. da; SANTOS, E. M. C. Associativismo e Desenvolvimento Local. In: **El Desarrollo Local em su Complejidad**. Santiago de Compostela: USC, 2005.
- LAGE, C. S.; ARGOLLO, J. L.; SILVA, M. A. (Orgs.). **O Sisal Baiano** Salvador: Ed. Governo do Estado da Bahia, 2002.